

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 08 DE DEZEMBRO DE 2020

NÚMERO 7.760

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder:

Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Ana Caroline Campagnolo

PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PSD

PDT

Kennedy Nunes

Paulinha

PSDB

PSC

Marcos Vieira

Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PP

PSB

João Amin

Nazareno Martins

REPUBLICANOS

Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sergento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sergento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fernando da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sergento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 097ª Sessão Ordinária realizada em 01/12/2020 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 7 Atos da Mesa DL..... 7 Atos da Mesa Consleg 7</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissões Permanentes..... 8 Extrato..... 12 Portarias..... 12</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2020

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Julio Garcia

Rodrigo Minotto

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Havendo *quorum* regimental para deliberação, declara abertos os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da Ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente, eletronicamente, aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Tece comentários a respeito de visitas realizadas pelo interior aos batalhões da Polícia Militar, destacando seu pensamento em relação ao desfecho ocorrido na cidade de

Criciúma, durante a madrugada de terça-feira, ao se referir sobre o 'novo cangaço'. E indagada por que a polícia não pode se organizar, se os criminosos estão organizados.

Por isso, solicita que os novos efetivos da Polícia Militar sejam enviados para o interior e não para o litoral, pois entende que Santa Catarina tem condições de mudar a questão de segurança. Diz que os criminosos estão medindo a febre ao citar o assalto de Blumenau e, agora, o terrorismo que Criciúma vivenciou. [Taquígrafa: *Sílvia*]

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Demonstra solidariedade à população de Criciúma pelo terror ocorrido durante a madrugada da presente data.

Reporta-se à morte do empresário visionário do Município de Palma Sola, sr. Nilson José Crestani, vítima da Covid-19, prestando solidariedade aos familiares. E, igualmente, à família do sr. Harri Walter Hubner, pelo seu passamento, citando que era Presidente do Conselho Comunitário do Bairro Santa Maria, em Chapecó, e destaca a grande liderança comunitária que exercia.

Faz um agradecimento especial à Bancada do Oeste, ao comentar sobre a reunião produtiva que tiveram com o Governador do Estado, que resultou em ações positivas para a região como a questão de abastecimento de água para o município de Chapecó, a partir de projeto que a Casan pretende implantar, captando água do Rio

Chapecozinho e passando pelos Municípios Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta.

Também, fala da importância da chuva que ocorreu no final de semana para a economia, o que considera uma benção, e relata a previsão de mais chuvas, mesmo que irregular, para os próximos meses. Ao falar sobre os produtores rurais, principalmente os que plantaram milho, entende que é imprescindível acelerar o reconhecimento do decreto de emergência para que os produtores possam ir até às instituições bancárias e fazer o refinanciamento e readequação de suas dívidas. Ao mesmo tempo, pede para a Secretaria da Agricultura e Pesca que retome o programa Troca-Troca com as cooperativas, a Epagri, as casas agropecuárias credenciadas para dar agilidade à reposição de sementes de milho, grão que constitui a matriz econômica do grande oeste catarinense. [Taquígrafa: *Sílvia*]

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Inicia, lembrando o assalto ocorrido em Criciúma, registrando que um Policial Militar e um vigilante foram feridos, e a população acordou em choque, pois ficou enclausurada em casa, amedrontada e estarecida, vendo a cidade se transformar em um cenário de guerra.

Menciona que segurança pública é primordial para o desenvolvimento de qualquer Estado da União, citando que, aproximadamente há um mês, houve em Araraquara um crime com as mesmas características. Considera a

realidade muito triste, criminosos cada vez mais ousados e com disposição para enfrentar a polícia. Fala que vê os guerreiros Policiais Militares e Civis desanimados, informando que em data anterior protocolou Pedido de Informação à Regional da Polícia Militar de Tubarão, questionando sobre a situação da Segurança Pública no Estado e, também, sobre a penúria em que trabalham no dia a dia, sendo que o Batalhão da cidade não tinha nem munição, e segue assim em outros batalhões pelas cidades catarinenses. Acrescenta que é muito desproporcional, pois os profissionais não têm condições para se defender dos bandidos.

Destaca que existe grande despreparo, são sete anos que os mesmos não têm reposição salarial, não possuem equipamentos adequados, sendo que o desabafo dos policiais é que se sentem desprezados pelo Governo Estadual. Entende a situação, porque já foi alvo de ameaças, quando um projeto de lei de sua autoria foi aprovado por unanimidade e virou lei, comprovando que os 16 mil apenados de Santa Catarina oneravam os cofres públicos, porque o Estado é que pagava as torzeleiras. Ressalta que, atualmente, anda com policial 24h, não vai a restaurantes, padaria, desde que passou a sofrer ameaças quando o seu projeto foi aprovado.

Ao final deixa o registro, solicitando ao Governador que olhe com atenção e carinho para os guerreiros que zelam pela vida da população, pois os mesmos merecem atenção, não podem ficar obsoletos, ultrapassados, porque se isso ocorrer todos os setores econômicos de Santa Catarina irão sofrer.

Deputada Ada De Luca (Aparante) - Comunica a todos que o policial que foi baleado era lotado no Batalhão de Criciúma e morador de Tubarão. Cita uma frase que o mesmo postou nas redes sociais: "Ele prefere a paz, mas se a guerra tiver que vir, que venha no meu tempo, para que meus filhos tenham paz", esse é o lema dele. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Destaca que iria falar sobre outro tema, mas que não tem como deixar de focalizar o fato triste que aconteceu em Criciúma. Afirma que a sensação é de humilhação, impotência e submissão a bandidos fortemente armados, que invadiram a cidade com armas pesadíssimas e, após, foram embora tranquilamente.

Comenta que foram muito audaciosos ao alvejar o Batalhão da Polícia e o centro da cidade, ficando os cidadãos acuados dentro de casa. Apresenta vídeo que mostra o momento do assalto.

Parabeniza a ação da Polícia Militar, que mesmo com tantas dificuldades, a prioridade foi salvar a vida das pessoas e não o dinheiro. Cobra insistentemente investimentos, equipamentos e treinamento para os policiais. Acrescenta que não é por ser um caso isolado e inusitado, que o Governo deve cruzar os braços, ressaltando que já está na hora do Estado começar a olhar para a Segurança Pública.

Lembra que pessoas que criticam a polícia não conhecem a realidade: os policiais estão sem treinamento de reciclagem; possuem carros e armas sucateadas; muitos vêm à Alesc mendigar emenda Parlamentar para investimentos em kits de armas, coletes, viaturas e melhores condições de trabalho.

Por fim, conclui, cobrando insistentemente investimentos para os profissionais da Segurança. Proceder novamente apresentação de vídeo lamentável, mostrando que, depois que os assaltantes foram embora, o assalto

continuou com moradores da região pegando o dinheiro que os mesmos haviam deixado cair em fuga.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparante) - Parabeniza o Deputado, corroborando o seu pronunciamento. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partidos Políticos

Partido: MDB

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Orador) - Complementa a fala dos deputados Jessé Lopes e Felipe Estevão, lembrando as vezes que os policiais, tanto civis como militares, foram até a Assembleia Legislativa solicitar equipamento adequado para exercerem suas funções.

Afirma que não é digno os profissionais da Segurança terem que ir atrás de migalhas para garantir condições básicas de trabalho.

Diz que é o momento de repensar a Segurança Pública em Santa Catarina, pois outras cidades estão suscetíveis a ataques semelhantes ao que aconteceu em Criciúma.

Conclui, alegando que Saúde, Educação e Segurança devem ser prioridades em qualquer Governo eleito. [Taquígrafa: Roberto]

Partido: MDB

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Clama pela paz, em Criciúma e no mundo, e ressalta que as pessoas estão perdendo a sensibilidade. Afirma estar acompanhando os desdobramentos da ação criminosa que ocorreu no sul do Estado.

Lamenta pelo policial e pelo vigilante que foram feridos. Diz que Santa Catarina é um Estado de gente séria e honesta, que não tolera esse tipo de situação. Salienta que, com firmeza e responsabilidade, a ordem e a paz serão mantidas pelo povo catarinense.

Na sequência, discorre sobre política e anuncia, com muita alegria, que o MDB conquistou o primeiro lugar no índice de força partidária municipal de Santa Catarina. Diz que o resultado reafirma o compromisso do MDB de conduzir os destinos dos catarinenses com responsabilidade e foco na melhor qualidade de vida para todos. Parabeniza a todos os Prefeitos, Vereadores, Suplentes e todos que participaram do processo democrático.

Registra, na presente data, o Dia Mundial de Combate a Aids. Diz que, em 2020, a atenção do mundo foi concentrada na pandemia de coronavírus, acrescentando que esse foco impactou nas ações de combate ao HIV. Lembra que a interrupção de qualquer uma das etapas do cuidado contínuo do HIV impacta negativamente no controle da infecção. Destaca que a testagem da doença foi suspensa ou reduzida em todo o Brasil, por consequência diminuiu o número de pessoas que iniciaram o tratamento.

Conclui, declarando que o desafio da pandemia de Covid-19 e da epidemia da Aids são muito graves a toda a sociedade, e diante disso precisamos de solidariedade entre as pessoas e responsabilidade triplicada entre os gestores públicos, para que seja garantido o acesso à saúde para toda sociedade. [Taquígrafa: Roberto]

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Fala sobre o fechamento das escolas, argumentando que Santa Catarina não deve abraçar o obscurantismo, mas sim, seguir a ciência, e acrescenta que o Governo do Estado tem medo de tomar atitudes corretas, enfrentando parte da opinião pública e uma minoria sindical barulhenta.

Registra que os princípios jurídicos da legalidade estão sendo subvertidos,

comentando que a ordem hierárquica que comanda o Estado atualmente é: Primeiramente as portarias da secretaria, em seguida a Constituição Federal e, por último, as leis complementares e ordinárias.

Afirma ser fundamental a necessidade de, desde já, provar que os protocolos de segurança são efetivos nas escolas, para que o início do ano letivo retorne normalmente em 2021.

Ressalta que, enquanto não houver a certeza do retorno às aulas, o Governo não irá se preparar para isso, também os pais não sabem se podem matricular os filhos, e os colégios não sabem se podem oferecer as vagas. Acrescenta que o debate precisa ser feito, racionalmente, ainda este ano, para garantir o breve retorno.

Questiona que o Governo o Estado e o sindicato não se comprometeram com o retorno das aulas em 2021, pois acredita que esses órgãos não querem marcar uma data para que, caso assim decidam, eles solicitem o adiamento do retorno às aulas para o segundo semestre de 2021. [Taquígrafa: Northon]

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Cita um trecho do discurso do Deputado Bruno Souza sobre o Secretário estar acima da Constituição, e informa que há uma situação semelhante no Deinfra, em Joinville, onde uma engenheira está dificultando a abertura de um acesso secundário, prejudicando o Grupamento de Radiopatrulhamento Aéreo do Município.

Solicita à Secretaria da Infraestrutura do Estado que atenda esse pedido. [Taquígrafa: Northon]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comenta sobre o ataque ocorrido na cidade de Criciúma na última madrugada.

Lembra que o Deputado Maurício Eskudlark já foi Delegado Geral de Polícia Civil no Governo do ex-Governador Leonel Pavan, e pode falar com mais conhecimento de causa em relação ao serviço de inteligência das forças de Segurança Pública.

Registra que sente falta do tempo do Promotor Público Grubba, secretário da Segurança Pública que tinha uma equipe especializada, de inteligência, que fazia a diferença em Santa Catarina. Ressalta que Estado, no passado, se especializou neste tipo de investigação, montando um sistema de inteligência extraordinário, que mostrou o seu trabalho quando os ônibus eram incendiados e povo catarinense vivia um terror. Entretanto, hoje, não compreende como um serviço de inteligência das polícias não consegue detectar algo que venha a prevenir ações de bandidos.

Discorre sobre a resposta das autoridades sobre o atentado, que o Governador Carlos Moisés chamou de sucesso para os assaltantes, o que infelizmente é uma verdade. Fala também sobre o rodízio das autoridades de Segurança, e questiona a fala do Secretário da Segurança Pública que diz que o Estado está seguro para receber turistas.

Cita ações passadas das forças de Segurança Pública e diz que já faz dois anos sem investimentos na inteligência das polícias. Faz críticas ao Governo sobre a falta de investimentos na área de Segurança, notando que algumas cidades do Estado sequer tiveram o contrato renovado para as câmeras de videomonitoramento e mostra-se preocupado com uma futura ação na cidade de Joinville.

Finalizando, ressalta que, durante a pandemia, as escolas não foram reformadas e, ao retorno, no próximo ano, tais obras

precisarão acontecer para receber adequadamente os alunos.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Reforça que a Secretaria da Infraestrutura entre em contato com o Deinfra para mudar o direcionamento de uma via de acesso à BR, próximo ao Quartel de Polícia. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Presta solidariedade aos policiais e moradores de Criciúma pelo atentado sofrido.

Diz que inicia sua fala em nome do Partido dos Trabalhadores e que tem pressa, pois com a volta do Governador Moisés ao cargo, o Governo do Estado tem apenas 24 meses para realizar os grandes desafios em Santa Catarina. Relembra as diversas tentativas, as quais chama de frustradas, de audiência com o Governador e Secretários de Estado. Destaca que o Partido dos Trabalhadores nunca ficou na crítica pela crítica, mas procurou apresentar caminhos e soluções para superar de forma coletiva os problemas de todos catarinenses.

Espera que o senhor Governador assumira a garantia das vacinas, assim que estiverem autorizadas no País, e apresente programas de recuperação econômica pós-pandemia, bem como soluções para a malha viária e a falta de água.

Comenta que não irá admitir que o Governo chegue ao fim de 2020 sem ter aplicado os 25% da receita líquida corrente na Educação, conforme determina a Constituição.

Deseja que o diálogo seja aberto e propositivo, no campo das ideias, entre Executivo e Legislativo, e que o Governo tenha pulso firme para agir contra toda manifestação de desrespeito às diversidades que compõem a nossa sociedade.

Pede atenção do Governo aos trabalhadores que fazem os serviços públicos acontecerem e chegarem à população, servidores que não podem ter os seus direitos ignorados neste momento de pandemia. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Discorda da fala do Deputado Kennedy Nunes ao elogiar a Inteligência da Segurança Pública no Governo anterior, o que contraria as manchetes da época. Diz, ainda, que o Governador é o comandante maior do Estado, entretanto, as ações concretas competem ao Serviço de Inteligência.

Continua o seu pronunciamento, comentando, como ex-Delegado de Polícia, que o Estado Catarinense nunca teve um ataque de tamanha dimensão como aconteceu em Criciúma, no sul do Estado, representando verdadeira ação de 'cangaço', situação que tem ocorrido em muitos outros Estados, principalmente no Nordeste, além de alguns casos em São Paulo e Minas Gerais.

Afirma que os autores do relevante crime serão presos, exemplificando o caso do roubo da aeronave de transporte de valores no Aeroporto Quero-Quero, em Blumenau, que praticaram crimes semelhantes em outros locais do Brasil, sem prisão dos envolvidos, entretanto, e no Estado catarinense houve a detenção dos participantes.

Diante do fato grave ocorrido em Criciúma, recomenda que os batalhões tenham um sistema de alerta, de resposta nas áreas de segurança, ratificando, ainda, que foi um evento isolado, e complementa seu depoimento, como representante do Poder Legislativo, manifestando total rejeição a esse

tipo de ação, e recomenda aos tribunais mais rigor em suas decisões, evitando a impunidade.

Finaliza, afirmando que a Segurança Pública exerce com austeridade o seu papel e merece respeito, mas é preciso responsabilidade, que passa pelo endurecimento das leis. *[Taquiografia: Elzamar]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Suspende a presente sessão até às 16h, retornando na Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início a pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0245/2019; e a Comissão de Finanças apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0142/2019.

A Presidência inverte a pauta, votando em primeiro lugar os projetos de origem Parlamentar e, posteriormente, os vetos.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0182/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Há uma emenda apresentada em Plenário, subscrita pelo Deputado Bruno Souza e, na forma do Regimento Interno, a matéria retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0207/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que altera a Lei nº 14.203, de 2007, que "Autoriza regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal", com a finalidade de abranger todas as formas de violência doméstica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria com votos contrários do Deputado Jessé Lopes e Deputada Ana Campagnolo.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0345/2020, de origem na Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único Item 140 referente ao Município de São José, da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Creche Renascer e Sociedade Espírita, de São José para Centro de Educação Infantil Renascer, de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0355/2020, de origem na Comissão de Constituição e Justiça, que revoga o item 76 referente ao Município de Joinville do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o

reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.0133/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que "Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências", para dispor sobre a postergação e a flexibilização do recolhimento de taxas, em casos de decretação de estado de defesa, de calamidade pública, ou outro.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Milton Hobus, Bruno Souza e Maurício Eskudlark.

Em votação. Está em votação o parecer da CCJ.

Os srs. deputados que são favoráveis à rejeição do parecer da CCJ permaneçam como se encontram.

Está rejeitado o parecer da CCJ. A matéria continua em tramitação regimental.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00409/2020, que dispõe sobre o Veto total ao PL/134/19, de autoria do Deputado Sargento Lima, que designa como Veterano os Agentes das Forças de Segurança Pública inativos da reserva remunerada ou reformados no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria os srs. Deputado Maurício Eskudlark e Sargento Lima.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	não
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	não
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA		DEPUTADO NEODI SARETTA		DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim	DEPUTADO NILSO BERLANDA	não	DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim	DEPUTADA PAULINHA		DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO RICARDO ALBA		DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADA PAULINHA		DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não	DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO RICARDO ALBA		DEPUTADO ROMILDO TITON		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	DEPUTADO SARGENTO LIMA	não	DEPUTADO VOLNEI WEBER	
DEPUTADO ROMILDO TITON		DEPUTADO SERGIO MOTTA		(Votação nominal realizada de forma	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		híbrida digital e manual. O senhor	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não	DEPUTADO VOLNEI WEBER		Presidente, Deputado Julio Garcia,	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		(Votação nominal realizada de forma		acolheu as manifestações dos(as)	
DEPUTADO VOLNEI WEBER		híbrida digital e manual. O senhor		Deputados(as) Ada Faraco De Luca,	
(Votação nominal realizada de forma		Presidente, Deputado Julio Garcia,		Luciane Carminatti, Moacir Sopelsa,	
híbrida digital e manual. O senhor		acolheu as manifestações dos(as)		Neodi Saretta e Volnei Weber pela	
Presidente, Deputado Julio Garcia,		Deputados(as) Ada Faraco De Luca,		rejeição do veto, e do Deputado	
acolheu as manifestações dos(as)		Coronel Mocellin, Felipe Estevão,		Jessé Lopes pela manutenção do	
Deputados(as) Ada Faraco De Luca,		Jessé Lopes, Luciane Carminatti,		veto, fora do sistema eletrônico de	
Fernando Krelling, Jerry		Moacir Sopelsa, Sergio Motta e		votação. Totalizando assim 26	
Comper, Jessé Lopes, José Milton		Volnei Weber pela rejeição do veto,		votos, sendo 2 sim, 24 não e	
Scheffer, Moacir Sopelsa e Volnei		fora do sistema eletrônico de		nenhuma abstenção.)	
Weber pela manutenção do veto, e		votação. Totalizando assim 27		Está encerrada votação.	
da Deputada Luciane Carminatti		votos, sendo 1 sim, 26 não e		Votaram 26 srs. deputados.	
manifestando abstenção, fora do		nenhuma abstenção.)		Temos dois votos "sim", 24 votos	
sistema eletrônico de votação.		Está encerrada votação.		"não" e nenhuma abstenção.	
Totalizando assim 28 votos, sendo		Votaram 27 srs. deputados.		Está rejeitado e veto.	
11 sim, 16 não e 1 abstenção.)		Temos um voto "sim", 26 votos		Pedido de Informação n. 0750/2020,	
Está encerrada votação.		"não" e nenhuma abstenção.		de autoria do Deputado João Amin,	
Votaram 28 srs. deputados.		Está rejeitado o veto.		solicitando	
Temos 11 votos "sim", 16 votos		Discussão e votação da Mensagem		ao Secretário de Estado da Infraestrutura,	
"não" e uma abstenção.		de Veto n. 00551/2020, que dispõe		informações acerca dos pagamentos	
Está mantido o veto.		sobre o Veto parcial ao PL/0180/20,		realizados	
Discussão e votação em turno único		de autoria do		relacionados ao Contrato CT 009/2020/SIE.	
da Mensagem de Veto n. 00464/2020,		Deputado Fabiano da Luz, que		Em discussão.	
que dispõe sobre o Veto parcial ao		"Estabelece		(Pausa)	
PL/192/20, de autoria da Comissão		normas para evitar a propagação		Em votação.	
de Saúde, que estabelece		de doenças		Os srs. deputados que o aprovam	
prioridade de atendimento aos		transmitidas por vetores - febre		permaneçam como se encontram.	
profissionais de saúde na		amarela (Aedes albopictus) e		Aprovado.	
destinação de Equipamentos de		dengue (Aedes aegypti) no		Pedido de Informação n. 0751/2020,	
Proteção Individual (EPI) e na		Estado		de autoria do Deputado João Amin,	
testagem da COVID-19, enquanto		de Santa Catarina".		solicitando	
vigorar o Decreto Legislativo nº		Conta com parecer da Comissão		ao Secretário de Estado da Infraestrutura,	
18.332, de 20 de março de		de Constituição e Justiça pela		informações acerca do andamento	
2020.		rejeição do veto.		do Edital de	
Conta com parecer da Comissão		Em discussão.		Licitação para elaboração do	
de Constituição e Justiça pela		(Pausa)		projeto de	
rejeição do veto.		Em votação.		restauração da SC-452, entre os	
Em discussão.		Os srs. deputados que votarem		Municípios de	
(Pausa)		"sim"		Fraiburgo e Brunópolis.	
Em votação.		aprovam a matéria e os que		Em discussão.	
Os srs. deputados que votarem		votarem "não"		(Pausa)	
"sim"		rejeitam-na.		Em votação.	
aprovam a matéria e os que		(Procede-se à votação nominal		Os srs. deputados que o aprovam	
votarem "não"		por		permaneçam como se encontram.	
rejeitam-na.		processo eletrônico.)		Aprovado.	
(Procede-se à votação nominal		DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA		Pedido de Informação n. 0752/2020,	
por		DEPUTADO ALTAIR SILVA	não	de autoria do Deputado João Amin,	
processo eletrônico.)		DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não	solicitando	
DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA		DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim	ao Secretário de Estado da	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não	DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	não	Infraestrutura,	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não	DEPUTADO DOUTOR VICENTE	não	informações acerca do andamento	
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim	CAROPRESO	não	do Edital de	
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN		DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	não	Licitação para elaboração do	
DEPUTADO DOUTOR VICENTE	não	DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não	projeto de	
CAROPRESO	não	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não	restauração e aumento da	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não	DEPUTADO IVAN NAATZ		capacidade da SC-	
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO		DEPUTADO JAIR MIOTTO	não	480, entre o entroncamento	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não	DEPUTADO JERRY COMPER	não	com a SC-115, em	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		DEPUTADO JESSÉ LOPES		Bom Jesus até Xanxerê.	
DEPUTADO IVAN NAATZ		DEPUTADO JOÃO AMIN	não	Em discussão.	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não	DEPUTADO JOSÉ MILTON	não	(Pausa)	
DEPUTADO JERRY COMPER	não	SCHAEFFER		Em votação.	
DEPUTADO JESSÉ LOPES		DEPUTADO JULIO GARCIA		Os srs. deputados que o aprovam	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não	DEPUTADO KENNEDY NUNES		permaneçam como se encontram.	
DEPUTADO JOSÉ MILTON	não	DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER		Aprovado.	
SCHAEFFER	não	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		Pedido de Informação n. 0753/2020,	
DEPUTADO JULIO GARCIA		DEPUTADO LUIZ FERNANDO		de autoria do Deputado João Amin,	
DEPUTADO KENNEDY NUNES		VAMPIRO		solicitando	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER		DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não	ao Secretário de Estado da	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		DEPUTADO MARCOS VIEIRA		Infraestrutura,	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO		DEPUTADA MARLENE FENGLER	não	informações acerca do andamento	
VAMPIRO		DEPUTADO MAURÍCIO	não	do Edital de	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não	ESKUDLARK		Licitação para elaboração do	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		DEPUTADO MAURO DE NADAL	não	projeto de	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	não	DEPUTADO MILTON HOBUS	não	restauração da SC-160, entre	
DEPUTADO MAURÍCIO	não	DEPUTADO MOACIR SOPELSA		os Municípios de	
ESKUDLARK	não	DEPUTADO NAZARENO MARTINS		Pinhalzinho e São Carlos.	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não	DEPUTADO NEODI SARETTA		Em discussão.	
DEPUTADO MILTON HOBUS	não	DEPUTADO NILSO BERLANDA	não	(Pausa)	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA		DEPUTADO PADRE PEDRO		Em votação.	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não	BALDISSERA		Os srs. deputados que o aprovam	
				permaneçam como se encontram.	
				Aprovado.	
				Pedido de Informação n. 0754/2020,	
				de autoria do Deputado João Amin,	
				solicitando	
				ao Secretário de Estado da	
				Infraestrutura,	

informações acerca do andamento do Edital de Licitação para elaboração do projeto de restauração da SC-160, entre os Municípios de Pinhalzinho e Bom Jesus do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0755/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do andamento do Edital de Licitação para elaboração do projeto de restauração e, aumento da capacidade da SC-160, entre os Municípios de Bom Jesus do Oeste e Campo Erê.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0756/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca do quadro remuneratório dos aposentados, pensionistas ou beneficiários por recebimento de qualquer auxílio custeado pelo Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0553/2020, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, manifestando aos familiares do Senhor Souvenir Dal Bó, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0554/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, apelando à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por medidas que visem à promoção da isenção do PIS/Cofins na importação do farelo de milho e soja.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0555/2020, de autoria do Deputado Jerry Comper, cumprimentando o Senhor Miguel Augusto Forbeck Faraco, pelos 45 anos e 11 meses de trabalho junto à Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0556/2020, de autoria do Deputado Jerry Comper, cumprimentando o Senhor Waldir Gorges Alves, pelos 35 anos de trabalho junto a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1537/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando ao PROCON-SC, informações acerca das fiscalizações e atuações da Black Friday.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que deferre de plano os Requerimentos n.s: 1527/2020 e 1528/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1529/2020, 1530/2020 e 1531/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1532/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1533/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1534/2020, 1535/2020 e 1536/2020, de autoria do Deputado Altair Silva.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 2155/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 2156/2020, 2157/2020, 2158/2020 e 2159/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 2160/2020, 2161/2020, 2162/2020, 2163/2020, 2164/2020, 2165/2020, 2172/2020, 2173/2020 e 2174/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 2166/2020 e 2167/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 2168/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 2169/2020, 2170/2020 e 2171/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Transcrição: Taquígrafa Sara]

Explicação Pessoal

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Parabeniza a Deputada Ada De Luca pela lembrança do Dia Mundial de Combate à AIDS. Coloca que o Brasil merece todos os elogios, na trajetória do combate dessa doença, que foi uma verdadeira epidemia no final da década de 80. Menciona que o Brasil, com a quebra das patentes do coquetel de medicamentos contra a AIDS, foi o primeiro País que se impôs, mundialmente, dizendo que o mais importante era a preservação de vidas e não os direitos autorais, com as pessoas recebendo mensalmente todo o seu coquetel.

Pronuncia-se, mais uma vez, quanto ao falecimento do psiquiatra Doutor Hercílio Luz Costa que viveu em Blumenau. Ele que, em 1968, iniciou a Psiquiatria em Blumenau, quando os grandes centros eram em Florianópolis e Joinville, época em que os transtornos mentais eram atendidos ambulatoriamente, ou em hospitais tipo asilos, como no Hospital Colônia Santana na região da Grande Florianópolis.

Relata que o doutor Hercílio buscou tratar os doentes, em Blumenau, com uma proposta humanizadora, criando uma unidade psiquiátrica no Hospital Santa Catarina desta cidade. Para tanto, encontrou inúmeras resistências, uma vez que rompia paradigmas e preconceitos do estigma das pessoas com doenças mentais. Hoje, essa unidade psiquiátrica do Hospital Santa Catarina é a única no Brasil a funcionar por 52 anos, e receberá o nome de seu fundador Doutor Hercílio Luz Costa.

Cita que, no Hospital Santa Catarina, os pacientes são atendidos por equipes multiprofissionais, com os recursos terapêuticos utilizados que acompanham o desenvolvimento científico da Medicina. Acrescenta que o doutor foi contra a discriminação a que o doente mental é submetido em programas de atendimento no SUS, onde, com frequência, o paciente permanece em uso de medicamentos ultrapassados e sem acesso a novos recursos terapêuticos.

Ratificam esse discurso os seus ex-professores e psiquiatras, doutores Abelardo Vianna Filho e Júlio Cesar Gonçalves, contemporâneos do doutor Hercílio, que também viram nele o símbolo do pioneirismo em tratamento psiquiátrico no Brasil.

Finalizando, passa a ler um comunicado da Associação dos Hospitais de Santa Catarina: "A AHESC alerta para a sociedade catarinense que os hospitais privados e filantrópicos já estão operando em sua capacidade máxima, as próximas semanas serão críticas. Assim sendo, a prevenção é o melhor caminho, a atitude de prevenir salvará nosso Estado do colapso da rede hospitalar." [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Faz um pedido de desculpas aos familiares e amigos do policial militar Jeferson Luiz Esmeraldino, pela notícia equivocada que recebeu e repassou. Menciona que, enquanto se aguardam informações oficiais, reforça seu pedido de oração ao policial Jeferson, também ao vigilante atingido e a todos que emocionalmente se envolveram no trágico episódio em Criciúma.

Com veemência, pede desculpas aos familiares e amigos do policial Jeferson, desejando que Deus alivie essa angústia em que se vive nesse momento. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

A T O S D A M E S A

A T O S D A P R E S I D Ê N C I A D L

A T O D A P R E S I D Ê N C I A N º 030-DL, de 2020

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Maurício Eskudlark, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 8 de dezembro do corrente ano, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de dezembro de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA**

Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

R E Q U E R I M E N T O

O deputado que este subscreve, com amparo no art. 52, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, **REQUER** licença, sem remuneração, para tratar de interesse particular, pelo período de 60 dias corridos, a contar de 08 de Dezembro de 2020.

Sala das Sessões,

Maurício Eskudlark

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/20

* * *

A T O S D A M E S A D L

A T O D A M E S A N º 017-DL, de 2020

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Carlos Humberto Metzner Silva, 1º Suplente da Coligação PTB/PTC/PRTB/DC/AVANTE/PR/PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Maurício Eskudlark, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de dezembro de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário

Deputado Nilso Berlanda - 4º Secretário

Exmo. Sr.

JULIO GARCIA

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Balnário Camboriú, 02 de Dezembro de 2020.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho comunicar que declino de aceitar a presensa suplência, período compreendido entre 08 de Dezembro à 06 de Fevereiro, sem declinar de futura convocação, em razão de motivos pessoais e, por ter assumido recentemente a Assembleia Legislativa.

Sem mais para o momento, reitero os meus votos de estima e consideração.

Carlos Humberto Metzner

* * *

A T O D A M E S A N º 018-DL, de 2020

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Renato Jardel Gurtinski, 2º Suplente da Coligação PTB/PTC/PRTB/DC/AVANTE/PR/PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 1º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Maurício Eskudlark, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de dezembro de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário

Deputado Nilso Berlanda - 4º Secretário

* * *

A T O S D A M E S A C O N S L E G

A T O D A M E S A - C O N S L E G N º 021, de 25 de novembro de 2020.

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Voz Serrana, de Correia Pinto.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redações dadas pelas Leis nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019 e nº 18.013, de 6 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Comunitária Voz Serrana, com sede no Município de Correia Pinto.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º Caso tenha interesse em obter a certidão de reconhecimento de utilidade pública estadual, a entidade poderá solicitá-la à Alesc, a qualquer tempo, mediante requerimento, desde que não seja qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), nos termos do art. 18 da Lei federal nº 9.790, de 1999, e que apresente os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil do exercício anterior;

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício anterior à solicitação, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação; e

VI - declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 25/11/2020.

Deputado **Julio Garcia** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Altair Silva - Secretário

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

* * *

A T O D A M E S A - C O N S L E G N º 023, de 8 de dezembro de 2020.

Declara de utilidade pública o Lions Clube Descanso Mulher, de Descanso.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pelas Leis nºs 17.690, de 11 de janeiro de 2019, e 18.013, de 6 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube Descanso Mulher, com sede no Município de Descanso.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º Caso tenha interesse em obter a certidão de reconhecimento de utilidade pública estadual, a entidade poderá solicitá-la à Alesc, a qualquer tempo, mediante requerimento, desde que não seja qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos do art. 18 da Lei federal nº 9.790, de 1999, e que apresente os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei 18.013, de 2020)

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil do exercício anterior;

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício anterior à solicitação, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação; e

VI - declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCP).

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 8/12/2020.
Deputado **Julio Garcia** - Presidente
Deputado Laércio Schuster - Secretário
Deputado Altair Silva - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às nove horas, por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, referente à 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Deputada Luciane Carminatti, Deputada Marlene Fengler e Deputado Jessé Lopes. O Deputado Jerry Comper esteve presente substituindo o Deputado Fernando Krelling. Também foram registradas as presenças dos seguintes convidados: Dr. Piero Menegazzi, Procurador do Trabalho, Representante da Coordigualdade do Ministério Público do Trabalho (MPT) Santa Catarina; Dra. Luciana Xavier Sans de Carvalho, Auditora Fiscal do Ministério Público do Trabalho e Coordenadora do Projeto de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho em Santa Catarina da Seção de Inspeção do Trabalho em Santa Catarina - SEINT SC; Em atenção à ordem do dia, o senhor Presidente passou a palavra aos convidados para discussão do relatório do trabalho desenvolvido na Semana Inclusiva Santa Catarina pelo Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Trabalho, em parceria com mais de 50 instituições governamentais e não governamentais para promover a inclusão de PCDs no mercado de trabalho. Com a palavra a senhora Luciana Xavier Sans de Carvalho destacou a amplitude de participação de entidades públicas e privadas e que neste ano o evento foi realizado de forma 100% virtual, um grande desafio, mas que possibilitou atingir todo o estado. Em seguida, agradeceu a todos os deputados em nome do Deputado Dr. Vicente Caropreso e da Deputada Marlene Fengler, pelo grande apoio da Escola do Legislativo ao evento. Ato contínuo explicou que todos os anos são formadas comissões, sendo que em 2020 foram cinco comissões, com a importante participação de diversos representantes de entidades. Em relação aos números da Semana Inclusiva, informou que já existem estimativas de Santa Catarina, sendo somente de visualizações mais de 272 mil, a partir dos dados do Incluir PcD, um parceiro nacional que agregou outras 22 empresas e instituições, destacando que isto representa o Parlamento Catarinense, o Ministério Público do Trabalho, a Auditoria Fiscal do Trabalho e todos os mais de 50 parceiros chegando ao Brasil todo, ressaltando que a Semana Inclusiva de Santa Catarina já é referência para o país. Ainda, tendo em vista a presença do Decreto nº 10.502/2020 na pauta da reunião, informou que na Educação Inclusiva, o Estado de Santa Catarina também é farol para o Brasil: em 2018 havia 36 mil crianças e jovens com deficiência matriculados nas escolas regulares e 806 crianças nas escolas especializadas, sendo que em 2019 o número de crianças nas escolas especializadas caiu pela metade, para 440. Em comparação, somente na cidade de Maringá, no Paraná, são 1.300 crianças com deficiência nas escolas regulares e 970 nas escolas especializadas. Por fim, destacou que a Educação Inclusiva tem relação direta com o mundo do trabalho, vez

que a maioria das pessoas com deficiência que estão no mundo do trabalho veio de escolas regulares. Com a palavra o senhor Dr. Piero Menegazzi agradeceu a contribuição da Escola do Legislativo na realização da Semana Inclusiva e destacou que a realização do evento de forma virtual já é por si uma vitória neste momento de pandemia. Ato contínuo destacou a grande participação popular no evento, com dezenas de instituições de e para pessoas com deficiência, tanto do poder público como de entidades que trabalham com a inclusão destas pessoas, não apenas no mercado de trabalho, mas na sociedade como um todo, o que demonstra a superação de uma ótica assistencialista, onde as pessoas com deficiência eram apenas destinatárias de prestações do Estado de forma passiva, sendo hoje sujeitos no seu próprio processo de inclusão e na construção de seus direitos. Na sequência, destacou que a Semana Inclusiva foi mais um canal de diálogo entre empregadores que buscam contratar pessoas com deficiência e aquelas pessoas que buscam sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, com especial importância no momento de pandemia em que se intenta preservar o emprego e a renda, salientando que, em situações como esta, as pessoas com deficiência são consideradas na legislação como de especial vulnerabilidade em relação às barreiras que podem maximizar as dificuldades para sua inserção. Em seguida, destacou que em 2014, um ano antes do início da realização da Semana Inclusiva, eram cumpridas 35% das cotas para pessoas com deficiência no estado. Já em 2019, com a consolidação do evento, eram cumpridas 60% destas vagas, demonstrando que as pessoas com deficiência estão qualificadas para entrar no mercado de trabalho e a reserva de vagas é uma importante ferramenta para sua inclusão. Ainda, destacou que o evento foi muito além da discussão sobre a inclusão no mercado de trabalho, trazendo o debate sobre os direitos de maneira ampla, com um saldo muito positivo. Por fim, ressaltou que a inclusão é um caminho sem volta e não pode haver retrocessos. Com a palavra a Deputada Marlene Fengler agradeceu, em nome da Escola do Legislativo e como membro desta Comissão, a todos os parceiros que construíram e participaram da Semana Inclusiva, especialmente considerando o momento que vivemos, destacando que o desafio foi grande, mas que nesses momentos há superação e construção de soluções e, neste caso, ficou ainda mais evidente que uma construção conjunta traz resultados mais efetivos, demonstrando seu reconhecimento pelo trabalho e pela dedicação de todos os profissionais que conseguiram fazer deste evento um sucesso. Na sequência, ressaltou que já havia o uso das ferramentas digitais, mas na pandemia estas ferramentas foram legitimadas, aprimoradas e hoje fazem parte do nosso cotidiano, facilitando a participação de um maior número de pessoas nos eventos e reuniões, sem dispêndio de recursos e tempo de deslocamento. Com a palavra a Deputada Luciane Carminatti afirmou que comunga do entendimento de que a inclusão é um processo em construção, com grandes avanços, mas se trata de uma luta permanente, que passa por uma nova compreensão do que é o ser humano como um todo e que o viés capacitista precisa de muita discussão e reflexão para que as pessoas sejam consideradas na sua individualidade, e este processo precisa ser feito sem permitir retrocessos. Ainda, destacou que o Decreto nº 10.502/2020 é extremamente grave, pois não busca construir com as entidades e instituições que tem acúmulo histórico na

discussão da Educação Especial. Com a palavra o Deputado Jerry Comper agradeceu a oportunidade de participar desta reunião, elogiou as palavras bem colocadas das deputadas e convidados que o antecederam e, por fim, parabenizou o senhor Presidente pelo sério trabalho desenvolvido conjuntamente com os membros desta Comissão, que classificou como a mais importante da Assembleia Legislativa. Com a palavra o senhor Presidente destacou que a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é uma construção histórica, que as barreiras estão sendo vencidas e que com muito debate o pensamento inclusivo vai se arraigando na sociedade. Em seguida, o senhor Presidente passou à segunda parte da reunião apresentando requerimento de sua autoria, que solicita a realização de Audiência Pública, de forma conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, para debater o Decreto nº 10.502/2020, que institui a “Política Nacional da Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”, destacando que, em sua perspectiva o decreto apresenta retrocessos graves para a Educação Inclusiva, vez que não foi elaborado a partir de uma construção coletiva, não considerou o conceito “nada sobre nós, sem nós”, e, principalmente, não contou com a participação de entidades governamentais e não governamentais que se dedicam a este debate. Ainda, ressaltou que Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 6949/2009, tem como objetivo assegurar o exercício de todos os direitos humanos e como princípio a não discriminação, com o referendo de sociedade inclusiva, a garantia da acessibilidade e da autonomia das pessoas com deficiência. Na sequência, afirmou que a sociedade brasileira vive um momento importante de avanço da cidadania, de reconhecimento do direito da promoção da inclusão com a publicação da Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira da Inclusão, um marco histórico que não pode sofrer retrocessos, pois as pessoas com deficiência precisam ter acesso em condição de igualdade aos direitos conquistados historicamente para poderem usufruir de plena cidadania. Por fim, reforçou que este decreto presidencial precisa de uma discussão ampla com a participação da sociedade e colocou em debate o requerimento para realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Com a palavra a Deputada Luciane Carminatti destacou sua preocupação com o Decreto nº 10.502/2020, reforçou que há uma construção histórica que precisa ser respeitada e ressaltou que, caso haja necessidade de mudança, ela deve ser construída com quem construiu o debate até aqui. Em seguida, destacou que recebeu mensagens de diferentes organizações de pessoas com deficiência se manifestando sobre o decreto e destacou que a liberdade individual de matricular uma criança em uma escola regular ou especializada deve vir combinada com o acúmulo de quem estuda as deficiências, compreendendo como o sujeito aprende e quais as condições para sua aprendizagem, afirmando não acreditar que a aprendizagem se dá no isolamento, sendo que a riqueza do aprender está justamente na interação. Ainda, ressaltou que as escolas regulares têm limites, mas que isto não é razão para abandonar a ideia de inclusão, e sim para criar as condições que faltam na escola regular. Na sequência, destacou que a discussão precisa ser feita na Audiência Pública, permitindo que todos se manifestem e que alguém do Ministério da Educação participe para fazer a defesa do decreto e, com todos os entendimentos na mesa, discutir o que há de acúmulo na construção coletiva e social. Por fim, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, ressaltou que a Audiência Pública será comandada em conjunto com a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e reforçou que Santa Catarina é um estado timoneiro na Educação Especial e, por isso, deve servir de referência. Com a palavra a Deputada Marlene Fengler corroborou as palavras da Deputada Luciane Carminatti, reforçando que uma construção histórica foi feita com diversos atores e de forma alguma pode haver retrocesso, vez que com a inclusão não somente as pessoas com deficiência aprendem, toda a

sociedade aprende e se torna mais empática. Em seguida, destacou a importância de discutir o decreto e sugeriu a feitura de um documento ao Fórum Parlamentar Catarinense, destacando a necessidade de envolver toda a bancada Federal Catarinense para que esta discuta e também possa solicitar uma Audiência Pública e ampliar esta discussão, de modo que o Governo Federal possa discutir e justificar sua posição, com argumentos técnicos e científicos, e para que a sociedade como um todo possa participar. Ainda, parabenizou o Deputado Vicente Caropreso pela iniciativa e salientou que há uma questão jurídica de interferência do Decreto nº 10.502/2020 no que está consolidado na Constituição Federal, destacando que é uma questão ampla e, por isso, se colocou favorável à realização da Audiência Pública. Com a palavra o Presidente colocou em votação o requerimento, que foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo informou que a data será definida em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e, encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Janice Aparecida Steidel Krasniak, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 07 de outubro de 2020.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Bruno Souza, Dirce Heiderscheidt, Jerry Comper, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Marcius Machado, Milton Hobus e Sargento Lima. Aberto os trabalhos, o senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 28ª reunião ordinária que, em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente cedeu a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda Paulo Eli, com o intuito de prestar esclarecimentos quanto às previsões orçamentárias para 2021. Após os devidos esclarecimentos, o Deputado Marcos Vieira passou a palavra aos Deputados para relatarem os projetos em pauta, antes, porém, apresentou as alterações ao cronograma de tramitação do PL./0320.3/2020 e do PL./0321.4/2020. As alterações propostas receberam a concordância de todos os membros da Comissão. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Marcos Vieira retirou de pauta o PL./0323.6/2020, de autoria do Governador do Estado, que altera emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo I da Lei nº 17.875, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020, e estabelece outras providências. O Deputado Marcius Machado relatou o PL./0079.2/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que institui o Programa Maria da Penha vai à Escola visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha. A este projeto foram pensados os projetos: PL./0085.0/2019 e PL./0086.1/2019. O parecer do relator foi favorável ao projeto, com emenda substitutiva global e, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcius Machado relatou, também, o PL./0231.3/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que cria a figura do “manual de manutenção” com entrega concomitante à inauguração da obra pública e adota outras providências. Seu parecer foi favorável ao projeto que, sendo posto em discussão, foram cedidas vistas em gabinete aos Deputados Milton Hobus, Bruno Souza e Luciane Carminatti. O deputado Marcius Machado relatou, ainda o PL./0327.0/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que altera as Leis nº 10.610, de 1997 e nº 12.117, de

2002, para adequar os diplomas ao art. 10-A da Lei federal nº 1.283, de 1950 (Selo ARTE). Seu parecer foi favorável ao projeto com emenda substitutiva global, o qual, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à Deputada Luciane Carminatti. O Deputado Jerry Comper retirou de pauta o PL./0225.5/2020, de autoria do Deputado Nilson Berlanda, que dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos estabelecimentos penitenciários do Estado de Santa Catarina. A Deputada Dirce Heiderscheidt relatou o PL./0255.0/202, de autoria do Deputado Volnei Weber, que dispõe sobre a suspensão do prazo de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos casos que especifica, enquanto vigorar a decretação estadual de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, e adota outras providências. O parecer da relatora foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza relatou o PL./0273.2/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nas condições que especifica. Seu parecer foi favorável ao Diligenciamento, o qual, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza relatou, também, o PL./0224.4/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações relativas à comercialização de própolis, extrato de própolis e geleia real, enquanto vigorar, em Santa Catarina, a decretação de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19. O parecer do relator foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza devolveu, sem manifestação, seu pedido de vista ao PL./0329.1/220, de autoria do Governo de Estado, que Acrescenta o art. 26-A à Lei nº. 16.861, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Deputada Luciane Carminatti havia relatado favoravelmente ao PL./0329.1/220, e teve o seu parecer aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Renata Rosenir da Cunha, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia. Sala das Comissões, vinte e cinco de novembro de 2020.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

* * *

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Kennedy Nunes, os membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputada Ana Campagnolo e Deputada Paulinha. Ausência justificada do Deputado Romildo Titon, com substituição da Deputada Dirce Heiderscheidt, conforme ofício nº 049/2020, ausência do Deputado João Amin, com substituição do Deputado José Milton Scheffer conforme ofício nº GJA/0567/2020 e ausência do Deputado Ivan Naatz, conforme ofício nº 0087/2020. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 32ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a

palavra aos membros, obedecendo à ordem de envio das matérias para a pauta. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado José Milton Scheffer, representando o Deputado João Amin, relatou as seguintes matérias: PL./0281.2/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Altera o art. 1º da Lei nº 17.938, de 2020, que “Dispõe sobre os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da decretação de calamidade pública pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).”. Requereu nova diligência, à Secretaria de Estado da Casa Civil, com o propósito de trazer aos autos manifestação do Instituto do Meio Ambiente - IMA. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0243.7/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “Dispõe sobre a remarcação e o cancelamento de pacotes de eventos que teriam sua execução durante a pandemia da COVID-19”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida a Deputada Ana Campagnolo que relatou as seguintes matérias: PL./0346.2/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que “Proíbe a coleta de amostras para realização de análises de balneabilidade em locais com registro de ocorrência de chuvas nas últimas 48 h (quarenta e oito horas), no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Requereu diligência, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, à Secretaria de Estado da Saúde, e ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0291.4/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “Altera a Lei nº 6.320, de 1983, para estabelecer medidas de regularização sanitária de alimentos e adota outras providências”. Requereu diligência, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e à Secretaria de Estado da Saúde, e, por meio desta, à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0344.0/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “Altera a Lei nº 3.938, de 1966, para estender o prazo de validade das Certidões Negativas de Débito Estaduais.”. Requereu diligência, à Secretaria de Estado da Casa Civil, a Secretaria de Estado da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PDL./0010.5/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que “Revoga o Decreto Legislativo nº 18.332, de 2020, que “Declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000”. Requereu diligência, à Secretaria de Estado da Casa Civil, e a Secretaria de Estado da Fazenda. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0310.1/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Torna obrigatória a prestação de socorro a animais atropelados e adota outras providências”. Requereu diligência, à Secretaria de Estado da Casa Civil. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0268.5/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que “Institui o Cartão Receituário para tratamento de doenças crônicas previamente diagnosticadas, aos pacientes que realizem tratamento em unidades públicas de saúde no Estado de Santa Catarina”. Requereu novamente diligência, à Secretaria de Estado da Casa Civil, a Secretaria de Estado da Saúde, ao Conselho Regional de Medicina e a Procuradoria Geral do Estado. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado Luiz Fernando Vampiro que, relatou as seguintes matérias: PL./0262.0/2019, de autoria do Deputado Romildo Titon, que “Dispõe sobre a exigência de Programa de Integridade para as pessoas jurídicas que firmem relação contratual de

qualquer natureza com a Administração Pública do Estado de Santa Catarina em todas as esferas de poder e adota outras providências.”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC/0021.1/2020, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0341.8/2020, de autoria do Deputado Jerry Comper, que “Altera o art. 5º da Lei nº 9.748, de 1994, que “Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dada a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, que relatou as seguintes matérias: PL./0315.6/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “Altera a Lei nº 16.583, de 2015, que “Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina.”. Requereu diligência, por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado (PGE), à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL) e ao Conselho Regional de Óptica, Optometria do Estado de Santa Catarina (CROO-SC), Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade; PL./0337.1/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que “Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida a Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir o Dia Estadual do Engenheiro.”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00551/2020, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o “Veto parcial ao PL/0180/20, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina.”. Exarou parecer pela rejeição do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Luiz Fernando Vampiro, por dificuldades de conexão da Deputada Dirce, apresentou as matérias do Deputado Romildo Titon: MSV/00544/2020, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o “Veto total ao PL/0257/20, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que “Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.”. Exarou parecer pela rejeição do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PRS./0008.9/2020, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Institui a assinatura digital na tramitação dos processos eletrônicos legislativos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra à Deputada Paulinha, que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista sem manifestação ao MSV/00409/2020, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o “Veto total ao PL/134/19, de autoria do Deputado Sargento Lima, que designa como Veterano os Agentes das Forças de Segurança Pública inativos da reserva remunerada ou reformados no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Posto em votação o parecer contrário exarado pelo relator, Deputado Ivan Naatz, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0181.0/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que “Dispõe sobre o pagamento de gratificação de adicional de insalubridade em razão da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.”. Posto em votação o parecer favorável com aprovação da emenda substitutiva

global, exarado pelo relator, Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Luiz Fernando Vampiro; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0245.9/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Dispõe sobre a prioridade para atendimento e emissão de laudos pelo Instituto Médico Legal (IML), e adota outras providências”. Por oportuno o Deputado Fabiano da Luz que estava com vista, devolveu sem manifestação. Posto em votação o parecer contrário exarado pelo relator, Deputado Maurício Eskudlark, foi aprovado por unanimidade. MSV/00464/2020, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o “Veto parcial ao PL/192/20, de autoria da Comissão de Saúde, que estabelece prioridade de atendimento aos profissionais de saúde na destinação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e na testagem da COVID-19, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020”. Exarou parecer pela rejeição do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0019.1/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que “Dispõe sobre sanções a serem aplicadas a empresas do setor de segurança privada que origemem chamada telefônica para serviços de segurança pública, quando a ocorrência relatada não for confirmada pelo agente público acionado, ou que não disponibilizem preposto no local para atendimento técnico/operacional”. Exarou parecer pela admissibilidade com emenda modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0275.4/2020, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “Garante o direito à presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela admissibilidade com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0012.5/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Dispõe sobre a escolha do dia de vencimento da fatura de energia elétrica por parte do consumidor no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0283.4/2020, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a cessão de uso de imóveis nos Municípios de Chapecó, Mafra, Joaçaba, Caçador, Garuva e Bom Retiro”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0311.2/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “Institui o Selo de Procedência de Produtos Catarinenses e adota outras providências”. Exarou parecer pela admissibilidade com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Kennedy Nunes, relatou as seguintes matérias: PL./0309.8/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que “Estabelece a reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, nos editais de licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PEC./0007.5/2020, de autoria da Mesa, que “Altera o inciso VI do parágrafo único do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para incluir a Associação Filarmônica Camerata Florianópolis na concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro, por parte do Estado, a entidades culturais”. Exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz. Por oportuno, havendo matéria extrapauta, a Deputada Ana Campagnolo, Devolução de vista ao PRS/0007.8/2020, de autoria da mesa, que “Cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.". Requereu diligência, à mesa para que, se manifeste acerca da sugestão de emenda supressiva. Posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Paulinha fez devolução de vista sem manifestação ao MSV/0514/2020, de autoria do Governo do Estado, que "Veto Parcial ao PL/0140/20, de autoria do Governador do Estado, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e estabelece outras providências.". Posto em votação o parecer pela rejeição do veto exarado pelo relator, Deputado Luiz Fernando Vampiro, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia primeiro de dezembro de dois mil e vinte, no horário de costume, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Evandro Carlos dos Santos, Assessor de Comissão Permanente, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 24 de novembro de 2020.

Deputado Kennedy Nunes

Presidente da Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

EXTRATO

EXTRATO Nº 114/2020

REFERENTE: 1º Termo Aditivo celebrado em 02/12/2020, referente ao Contrato CL nº 052/2019-00, celebrado em 26/11/2019, cujo objeto é a Locação anual de 01 (um) veículo do tipo minivan.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: BEM LOCAR

CNPJ: 05.897.758/0001-98

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato para um prazo de mais 12 (doze) meses, mais precisamente para o período compreendido entre 01/01/2021 e 31/12/2021.

VALOR MENSAL: R\$ 4.830,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93; Item 4.1 do Contrato Original; Atos da mesa nº 149/2020 e 195/2020; Autorização Administrativa através do despacho exarado, nos autos, pela Diretora-Geral (fl.43), do processo que tramita no SGD sob o nº 444/2020.

Florianópolis/SC, 8 de Dezembro de 2020

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Marconi Kirch- Sócio

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1324, de 07 de dezembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Mauricio Eskudlark para o gabinete do Deputado Renato Pike, a contar de 08 de dezembro de 2020.

Matrícula	Nome	Nível
3388	JERUSA NARA MOSER	PLGAB/98
3671	FERNANDO DIAS	PLGAB/82
4027	INES WOLLINGER DA CONCEICAO	PLGAB/91
5186	ISRAEL ERBS	PLGAB/36
6765	LEONARDO CANELLO BRANDT	PLGAB/68
6899	GABRIELA MENEGAZZO	PLGAB/65
7251	KLEYDE CAMARGO DIAS	PLGAB/58
7298	ODENIR FELIZARI	PLGAB/35
7911	DENISE SOUZA FELIX	PLGAB/65
8239	VANDERLEIA MARIA DA SILVA	PLGAB/59
8427	SADI ANTONIO ERLO	PLGAB/86
8460	JEAN PABLO MOLINARI	PLGAB/67
8504	BRUNA CRISTINA DI BERTI	PLGAB/34
8691	DANI PEDRO MOTTIN	PLGAB/23
8698	MARGARETE SANTOS TRINDADE SIGNORI	PLGAB/65
8804	SOLANGE PINTO	PLGAB/52
8928	EDER LUIS SETE	PLGAB/48
9643	KAMILA MEURER LERMEN GARCIA	PLGAB/58
9669	AISE TERESINHA EULER AGUIRRE	PLGAB/23
9711	HALLEY FILIPOUSKI	PLGAB/49
10284	SIMONE PAVAN	PLGAB/59
10774	FABIANO JOSE DA SILVEIRA	PLGAB/44

Luiz Eduardo de Souza

Diretor de Recursos Humanos Interino

PORTARIA Nº 1325, de 07 de dezembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, que passam do gabinete do Deputado Mauricio Eskudlark para o gabinete do Deputado Renato Pike, a contar de 08 de dezembro de 2020.

Matrícula	Nome do Servidor
1524	JOSE PAULO PEREIRA DA SILVA
9224	EDSON CORREA DA ROCHA

Luiz Eduardo de Souza

Diretor de Recursos Humanos Interino

PORTARIA Nº 1326, de 07 de dezembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função Gratificada, código PL/FG-4, para o qual foi designado o servidor **EDSON CORREA DA ROCHA**, matrícula nº 9224, do gabinete do Deputado Mauricio Eskudlark para o gabinete do Deputado Renato Pike, a contar de 08 de dezembro de 2020.

Luiz Eduardo de Souza

Diretor de Recursos Humanos Interino
